



PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE MORADORES NO MUNICÍPIO DE CODÓ (MA): UM ESTUDO DE CASO

CAMILA CAMPÊLO DE SOUSA; DILMAR KISTEMACHER; GELVANE LINO MELO;
GUILHERME ALVES DA SILVA; IRAMAR DE ALMEIDA ALVES

RESUMO

Os graves problemas socioambientais presentes na contemporaneidade demandam reflexões no campo político, social, ambiental e educacional, tanto em nível global, quanto local. Interessa, neste momento, uma reflexão local sobre tais dimensões, tomando como referência as percepções dos cidadãos e cidadãs. Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Codó (MA) e objetivou verificar como a população identifica os problemas ambientais locais e como estes representam, por um lado, os desafios ambientais do município e, por outro, as possibilidades para o desenvolvimento de ações de educação ambiental não-formal em âmbito local.

Palavras-chave: Problemas socioambientais; Educação ambiental; Meio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Estudos sobre percepção socioambiental de cidadãos são importantes ferramentas para compreender não só a relação da comunidade com o ambiente natural, mas também conhecer os seus anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (Manoel; Oliveira; Carvalho, 2013).

Ante aos problemas socioambientais e sociopolíticos, importa refletir sobre o desenvolvimento da educação ambiental, ou seja, refletir política e pedagogicamente o lugar e o tempo, ou ainda, lugares e tempos, a ela destinados na construção de valores e condutas, individuais e coletivas, ambiental e socialmente sustentáveis. A construção da sustentabilidade como valor e como prática sociocultural passa por processos socioeducativos mais amplos, sejam eles formais, não-formais e informais de ensino e aprendizagem. E, estes processos precisam ser contextualizados localmente, tomando em consideração as vivências e as experiências socioambientais comunitárias.

A educação ambiental não-formal é importante porque aproxima as pessoas da natureza e incentiva o desenvolvimento de hábitos sustentáveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente e é de grande importância para comunidades locais, podendo somar por meio da oferta de atividades turísticas e ecológicas. A educação não-formal não tem foco em faixa etária, nível de escolaridade, mas tem objetivo sobre aquele espaço de atuação, com grupos relacionados à cultura, religião e saberes (Bruno, 2014).

Considerando, portanto, as potencialidades da educação ambiental não-formal, tivemos, ainda, o papel que a pesquisa acadêmica tem assumido no acompanhamento e monitoramento da execução da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Brasil, 1999). Este trabalho teve como objetivo verificar como a população identifica os problemas ambientais locais e como estes representam, por um lado, os desafios ambientais do município e, por outro, as possibilidades para o desenvolvimento de ações de educação ambiental não-formal em âmbito local.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo de caso foi desenvolvido no município de Codó, localizado no estado do Maranhão, na mesorregião do leste maranhense. A cidade está situada a 290 km da capital do Estado, São Luís. Codó possui uma área de 4.361,606 km², uma população de 114.275 habitantes e uma densidade demográfica de 26,02 habitantes/km² (IBGE, 2022). A região apresenta um índice de desenvolvimento humano municipal (IDH) em torno de 0,558, sendo considerado baixo da média nacional (IBGE, 2010).

O percurso metodológico adotado neste trabalho se situa nos marcos da abordagem da pesquisa qualitativa. Nela, a interpretação dos dados coletados e a atribuição de significados são essenciais para compreender os fenômenos estudados.

Assim, visando conhecer as percepções socioambientais da comunidade codoense, optamos pela técnica do questionário semiestruturado. Reconhecendo as potencialidades do questionário e assumindo o rigor metodológico e ético da pesquisa, o questionário deste estudo foi composto por sete questões abertas, aplicado virtualmente, na plataforma do *Google Forms*, à comunidade codoense. Ele foi compartilhado nas redes sociais, especialmente no *WhatsApp* e *Instagram*, pelos membros da equipe executora da pesquisa. O questionário foi respondido por trinta e quatro pessoas, de diferentes faixas etárias, sexo, profissão e que residem em diferentes bairros da cidade e realizado de acordo com os critérios preconizados na pesquisa científica. Ressalta-se ainda que este estudo foi aprovado em Comitê de ética e pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário iniciou indagando, “*qual é o maior problema ambiental que você percebe em Codó?*”. Os problemas ambientais destacados pelos participantes da pesquisa foram: falta de tratamento da água e de esgoto municipal; queimadas e descarte de lixo em locais inadequados.

A segunda pergunta foi acerca do conhecimento das áreas de preservação ambiental do município, apenas nove dos participantes conhecem o termo “área de preservação ambiental”, e destes, quatro indicaram o Parque Ambiental e as margens do Rio Itapecuru como áreas de preservação, os demais participantes não sabiam da existência de área de preservação no município.

Perguntados sobre o destino final de resíduos sólidos, foi destacado o rio como um dos principais locais de descarte utilizado pela população. Entre os resíduos sólidos citados pelos participantes da pesquisa, destacaram-se: os pneus, o esgoto doméstico, os plásticos e barras de ferro.

De acordo com as respostas obtidas, pode-se observar, apesar de uma percepção ambiental consciente dos problemas, uma população que ainda não se encontra engajada para com as causas ambientais. Neste sentido, é importante destacar que a educação ambiental não-formal precisa ser vista como parte de um esforço mais amplo para preservar o ambiente e garantir a sustentabilidade. É preciso, ainda, que haja uma colaboração entre os diferentes setores da sociedade, incluindo a gestão pública municipal, para garantir que a educação ambiental não-formal seja efetiva e duradoura na região.

O debate sobre meio ambiente e educação ambiental se afirmaram como parte da agenda da política durante a segunda metade do século XX. Neste período, houve diversas conferências, tanto em nível internacional, quanto em nível nacional e, ainda, manifestações dos movimentos sociais, as quais foram fundamentais para colocarem em debate os problemas ambientais na pauta e na agenda política. Tais debates impulsionaram as políticas de meio ambiente e da educação ambiental, esta última tomada como ferramenta imprescindível para os processos de construção de valores e de práticas baseadas não somente na conservação e na preservação do ambiente natural, mas também, na sustentabilidade planetária.

Os documentos oriundos das conferências e acordos internacionais tiveram um papel importante no estabelecimento de políticas públicas, donde ressaltamos duas: a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMEA, de 1981 (Brasil, 1981) e a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, de 1999 (Brasil, 1999).

A educação ambiental, enquanto política pública, foi pensada numa perspectiva integrativa e complementar. Integrativa porque integra conhecimentos das diversas áreas e complementar por contemplar ações nos espaços formais e não formais de ensino, ou seja, atividades educativas que sensibilizem e estimulem a construção de valores ambientalmente sustentáveis, tendo como referência o saber científico.

O direito à educação ambiental, alicerçado na ciência e na cultura ecológica, pode contribuir para a construção de uma sociedade sustentável. A educação ambiental, no âmbito da educação formal, se efetiva mediante o compromisso político e pedagógico de sua presença em todo percurso e itinerário formativo, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, por intermédio de práticas interdisciplinares e integradoras; e, no âmbito da educação não-formal, ela se efetiva mediante o compromisso político e científico e, ainda, o compromisso ético com a participação, interação e colaboração da comunidade no desenvolvimento de ações e projetos, social e culturalmente, contextualizados.

A educação não-formal designa um conjunto de processos e dimensões que envolvem aprendizagens sociais, capacitações e habilidades que se efetivam fora dos espaços formais de ensino; dito doutro modo, é aquela se constitui na relação do sujeito com as experiências práticas. Ela se refere, ainda, às aprendizagens que possibilitam as pessoas a se organizarem em torno de objetivos comuns frente a problemas coletivos, ou seja, se refere “à aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor” (Gohn, 2006, p. 28).

Ao tomar em consideração os problemas e as experiências coletivas do cotidiano, a educação não-formal trabalha e forma a cultura sociopolítica de uma comunidade e a educação ambiental não-formal pode trabalhar e formar a cultura socioambiental sustentável e comunitária. Portanto, os conteúdos e as metodologias precisam identificar os problemas, as experiências e as práticas comunitárias para, posteriormente, problematizá-las e ressignificá-las à luz das novas aprendizagens coletivas, aprendizagens essas construídas coletivamente, com base no diálogo.

Pensar sobre as possibilidades políticas e ambientais da educação ambiental perpassa pelas percepções mais amplas que uma comunidade apresenta. Neste sentido, podemos dizer que as percepções são constituídas por processos complexos que abarcam os sentidos, as experiências e os saberes a que são vivenciados, tanto individual, quanto coletivamente, ou seja, “tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada” (Merleau-Ponty, 1999, p. 3). E, entre as percepções se encontram as socioambientais, estas envolvem simultaneamente os problemas sociais e os problemas ambientais, elas referem-se às relações vivenciadas entre sociedade e natureza.

As percepções sobre si, sobre a sociedade e sobre o ambiente são construídas num conjunto amplo de valores e de conhecimentos e vão sendo agregadas às vivências e às experiências pessoais e comunitárias. Portanto, as percepções, para além dos sentidos atribuídos às experiências, precisam ser compreendidas como um processo complexo e estão relacionadas ao acesso aos conhecimentos científicos, culturais e pedagógicos, dentre outros, que são acessados por pessoas e por comunidades, os quais produzem sentidos, que podem ser transitórios, pois o contexto e as conjunturas sociopolíticas e socioculturais são dinâmicos e mutáveis.

Nesta direção, importa explorar as percepções socioambientais e verificar os sentidos atribuídos ao meio e sua sustentabilidade. E, corroborando as posições adotadas por Vigotski

(2000), de que o ser humano não nasce pronto; ele se humaniza diante das relações com outras pessoas nos contextos histórico, social e cultural, destarte, o ser humano se constitui como ser ecológico no âmbito das relações e da apropriação dos conhecimentos científicos e culturais a quem tem acesso, por direito garantido por lei.

4 CONCLUSÃO

Ao pesquisar as percepções socioambientais da comunidade codoense foi possível verificar e identificar alguns problemas ambientais que se apresentam no município. Nesta direção, tendo conhecimento das experiências e percepções de pessoas da comunidade local, se faz necessário desenvolver processos que objetivem a construção social da cultura ambiental sustentável.

Os desafios socioambientais são grandes. Contudo, neles podemos, também, identificar as possibilidades para desenvolver a educação ambiental não-formal e ela precisa tomar em consideração as percepções da comunidade, pois elas expressam as experiências ambientais vividas por ela. Assim, é necessário o desenvolvimento de ações que promovam a construção de relações éticas solidárias voltadas para o bem comum do ambiente ecologicamente sustentável.

Ao colocar em pauta as percepções socioambientais comunitárias a pesquisa possibilitou identificar não somente a percepção de pessoas da comunidade codoense sobre os problemas ambientais, mas, também, identificar os desafios e as possibilidades para desenvolver ações e projetos de educação ambiental não-formal e, quiçá, provocar o debate sobre as políticas ambientais locais. E, ainda, não menos importante, faz-se necessário refletir sobre o acompanhamento e a fiscalização destas políticas por parte da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, E. H. de. Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru, Maranhão – Brasil. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 7, n. 11, p. 97-113, 2004.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 26 fev. 2024.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19795.htm. Acesso em: 05 mai. 2024. BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações**, v. 2, n. 2, p. 10-25, 2014.

GOHN, M. G.. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Maranhão: Codó. Codó, MA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama>. Acessado em: 23 mai. 2023.

MANOEL, L. O.; DE OLIVEIRA, M.; DE CARVALHO, S. L. Percepção ambiental da população ribeirinha no porto de navegação no município de Ilha Solteira/SP. **Revista Científica ANAP Brasil**, [S. l.], v. 6, n. 7, 2013.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Rio de Janeiro: Martins

Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000.